

DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO	DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO	DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS	REPÚBLICA	18.01.1974

A DEMOCRACIA ECONÓMICA PORTUGUESA E OS CONDICIONALISMOS EXTERNOS

1. Qualquer que seja a ideologia política em que cada português se coloque, afigura-se de toda a conveniência o conhecimento dos condicionalismos externos que afectam (e afectarão) a situação socio-económica nacional. Coloquemo-nos numa posição neo-capitalista, social-democrática ou socialista, não pode o homem que define e orienta a política económica, e de igual modo o político «tout court» (se tal posição é coerente) esquecer que:

- cerca de 30% do produto originado neste país depende das vendas de bens ao estrangeiro;
- sendo a quase totalidade dessas receitas oriundas de países de economias de mercado, e mais de 60% provém dos países do Mercado Comum;
- por outro lado, as remessas dos emigrantes, principal equilibrador da nossa balança de pagamentos, equivalem a cerca de 40% do nosso produto nacional bruto.

Estes são, entre outros, alguns dos indicadores da nossa dependência em relação ao exterior; tal facto obriga-nos forçosamente a tentar perspectivar o que ocorre, actualmente, na economia mundial, e de modo especial na europeia.

E como se torna fastidioso, a descrição técnica (e sua evolução) dos indicadores que reflectem a situação económica actual, procuraremos através da análise de dois problemas — o da inflação e o da crise energética —

explicar algumas linhas de força que não só explicam as contradições do sistema capitalista como de igual modo caracterizam condicionalismos de peso que afectam o evoluir da nossa economia nos próximos anos.

A CRISE «INCOMPREENSÍVEL» OU O SISTEMA CAMALEÃO

2. Antes de entrarmos na análise dos problemas mencionados não podemos deixar de considerar que a principal característica da crise da economia capitalista mundial é ser incompreensível para grande parte dos comentaristas especializados. Assim, Jean Boissonnat (in «L'Expansion», Out. 74) começa o seu artigo «Le capitalisme dans la crise» com a seguinte frase: «É mais grave do que uma crise; é uma crise que não se compreende».

O referido autor debruça-se a desenvolver as suas ideias, não deixa de proceder a uma profissão de fé no capitalismo quando, no final do seu artigo, afirma que a capacidade de adaptação do capitalismo não desapareceu. E acrescenta que «o capitalismo pode ainda mudar de pele várias vezes». No caso contrário, não será digno do seu nome, acabando por se concluir que o sistema tem todas as características de um camaleão.

Não deixa de ser curiosa a afirmação de que «o sistema se alimenta das ideias daqueles que o contestam». O sistema evolui sob a pressão das forças que lhe são

hostis, o que reflecte uma tese extremamente astuciosa ao admitir de «eventualmente, confiar o poder político aos seus adversários para que estes lhe administrem eles próprios as porções que o salvam».

No caso português, os governos do chamado «Estado Novo», não podiam, nem tal lhes passava pela cabeça, tentar uma estratégia dessas, dado o carácter antidemocrático em que se movia e o impedida de tal actuação.

Mas, na verdade, é uma obrigação tendencialmente da esquerda, que está no actual Governo Provisório, que terá de descobrir as poções, os instrumentos, para resolver uma crise que anteriores governos foram incapazes de resolver.

O problema de fundo que se põe, é que as coligações de esquerda ao descobrir os remédios adequados à reanimação da economia, têm de reaver obrigatoriamente os benefícios de carácter socialista. Das cedências do sistema capitalista e da experiência recente da história viabilizase a possibilidade de se institucionalizar o socialismo por via democrática. E essa implantação tem de derivar forçosamente do aproveitamento das contradições do sistema capitalista.

Neste sentido, a análise esquemática que se fará dos problemas acima apontados — inflação e crise petrolífera —, pretenderá não só delinear os condicionalismos que a economia portuguesa terá de ter em conta, mas de igual modo as contradições que explicam e vão definir, porventura, a evolução desses dois fenómenos.

ACUMULAÇÃO DE EFEITOS INFLACIONISTAS

3. Parte da inflação de cada país, encontra a sua origem em causas internas. Em Portugal, decerto que o processo de desajustamento entre a oferta e a procura explica em grande medida, o «lançamento» da inflação portuguesa. Uma estrutura produtiva que nunca teve como objectivo preciso a satisfação da procura do português médio, e que ano após ano foi criando maiores desajustamentos com a procura real, é um dos pilares (no pior sentido) do nosso processo inflacionista.

Pode-se dizer que nem houve uma planificação da produção e muito menos uma planificação dos consumos.

O facto de a partir do início da década de 1960 (mais concretamente 1962) a nossa balança de pagamentos apresentar saldos positivos, levou os governantes ao comodismo de não pensar mais em adaptar, mesmo que parcialmente, a oferta à procura. A exportação da mão de obra representou para a economia nacional, o fluxo de receitas que numa visão simplista e grosseira da economia permitia a satisfação dos pagamentos de bens e serviços que satisfiziam uma procura que se desenvolveu espontaneamente. Nem mesmo houve uma intenção premeditada de aproveitar esses excedentes de modo a acelerar o processo de industrialização do país. Concomitantemente, as des-

pesas militares contribuíram para uma maior descapitalização do equipamento industrial, originando de igual modo mais um factor de pressão sobre a procura, na medida em que parte desse tipo de despesas acabava por constituir receitas das famílias dos militares, não sendo portanto originadas no processo produtivo.

Muitos outros factores com causas mais ou menos endógenas, podem ainda ser apontados. Mas o que interessa frisar, é que quando a inflação passou a constituir uma constante na Europa, já Portugal apresentava taxas que se podiam considerar perigosas. Aos efeitos provocados pela inflação antes de 1970, vieram acrescer os efeitos de uma inflação internacional. Inflação essa cuja origem deriva do facto fundamental da internacionalização do processo capitalista. Num mundo onde as fronteiras estão cada vez mais abertas é fácil fazer repercutir os aumentos dos preços através da exportação de bens e de serviços. Os países dependentes de bens de equipamento dos países mais industrializados sentiram ano após ano os efeitos dessa repercussão.

Por outro lado, o descrédito de um sistema monetário internacional acabou por criar as condições para o aparecimento de mercados extremamente complexos (eurodólares, eurodivisas, etc.)

onde era fácil aos conhecedores das regras desses mercados repercutir os preços. Mas este modo de fugir aos problemas, esta notória contradição do sistema capitalista onde a moeda passa a ter papel «ocultista», esta camuflagem constante do capitalismo, acabou por criar os «germens» de uma crise, da qual a da energia é uma das principais componentes.

AMBIGUIDADE A AMBIGUIDADE...

4. Deste modo, quando os economistas europeus e americanos apontam os países árabes como os principais responsáveis pela actual subida de preços, quando sacodem a água do capote, arris-

(Continua na 22.ª pag.)



OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA AS REGRAS DO JOGO

1. É extremamente significativa a atitude de contestação global assumida por grande parte da população trabalhadora na sequência do processo revolucionário que a coragem do Movimento das Forças Armadas desencadeou.

A nítida irreverência na natureza e na forma de resolução dos conflitos de trabalho, o seu carácter «selvagem» (no sentido de não controlado pelas forças políticas institucionalizadas), a sua generalização, extensão e continuidade mostram que se trata de um processo que traduz uma profunda e radical discordância com todo o actual sistema económico-social.

2. Igualmente importante será notar que essa recusa, essa discordância radical tem raízes na prática diária do trabalho, na vivência concreta das situações, e que converge em larga medida com a posição há muito assumida pelos jovens, pelos estudantes e pelos intelectuais, desde sempre o mais disponível e generoso extracto da população com sensibilidade suficiente para apreender as forças e tendências de evolução do mundo — embora pela via incompleta da teoria e da afectividade.

3. Decerto que os correspondentes grupos políticos de esquerda, apesar de quantitativamente menores do que outros partidos, influenciaram e estimularam as actuações dos trabalhadores, com a sua imaginação, espontaneidade e ideologia.

Com certeza também, que a esperança de que o caos conduza a regimes totalitários, levou — e leva — muitos grupos extremistas, quer reacccioná-

rios de origem nacional e internacional, quer esquerdistas revolucionários, a incentivar e apoiar poderosamente o processo.

Mas é de crer que essas influências não encontrariam tão larga e permanente receptividade se não respondessem a aspirações profundas dos trabalhadores, adquiridas na experiência, diariamente sentidas na sua vida.

4. Neste momento, e no nosso País, todo o problema não teria tanta importância a não se verificarem muito especiais circunstâncias:

Por um lado, todo o processo de democratização é influenciado — e está condicionado — pela estabilidade económica, e esta, pela eficácia do sistema produtivo que por sua vez depende das regras do jogo que os intervenientes praticaram.

Depois, numa louável — embora teórica — ambição de coerência democrática, foram adiadas para depois dos actos eleitorais as eventuais reformas de fundo — actuando sobretudo no sistema económico — que o País necessitaria.

5. Como praticar (e praticar não é legislar) então, regras de jogo que garantam a eficácia do sistema produtivo quando um dos intervenientes recusa as actuais bases do mesmo sistema e talvez até prefira a sua destruição se for essa a única forma de o modificar?

Como definir as regras de relações de trabalho quando uma das partes não aceita como objectivos o lucro e segurança máxima do capital mas sim o interesse indiscutivelmente nacional e a garantia de efectivas condições de vida satisfatórias para todos?

Como fazer aceitar o inevitável, aquilo que o socialista Wilson sintetizou no congresso dos Sindicatos Britânicos em Brighton com a afirmação: «É preciso perder a esperança de melhorar o nível de vida dos trabalhadores durante os dois próximos anos. E será já uma tarefa extremamente difícil conseguir mantê-lo...?»

6. Só há uma hipótese. Excluindo, decidida e definitivamente, fazer aceitar pela força regras de jogo que afinal seriam contrárias aos interesses da maioria da população portuguesa, que afinal conduziriam ao regresso a uma situação de opressão e desigualdade que queremos esquecer, há há uma hipótese:

Garantir efectivamente a obtenção de tudo aquilo que é verdadeiramente essencial, no imediato, a toda a população e no futuro ao desenvolvimento do País.

Não é possível conseguir este objectivo sem uma intervenção do Estado nas actividades económicas.

Claramente assumida e desde já.

Através de formas selectivas, dentro de um quadro geral directamente ligado ao objectivo perseguido, com medidas adequadas a cada sector e eliminando discricionarismos que comprometam o investimento privado que de forma tão significativa e em muitos sectores poderá contribuir a desenvolver-se.

Isto também será democracia — talvez seja mesmo a verdadeira democracia. Para o conseguirmos é antes do mais necessário continuar a ter coragem.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO		CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

A DEMOCRACIA ECONÓMICA PORTUGUESA E OS CONDICIONALISMOS EXTERNOS

(Continuado da 4.ª página)

cam-se e já o ouviram dizer que a afirmação contrária é que é verdadeira. «A inflação ocidental é a causa da alta dos preços do petróleo não inversa.»

De países explorados, he-

rança do equilíbrio de forças oriundas das I e II guerras mundiais, passaram a ser países descolonizados quando perceberam que a sua independência passava por um confronto directo com os colonizadores e pela exigência do pagamento a justo preço da sua principal matéria-prima, da qual dependia (e depende) a manutenção do processo industrial europeu. O desequilíbrio decorreu em benefício de uns, transformou-se em dias em desequilíbrio (talvez meramente monetário) a favor de outros.

Mais uma vez a contradição capitalista assente na exploração dos povos criou as condições de crise do próprio sistema. No momento actual, os países ditos «ocidentais» procuram através dos processos clássicos (aumento de preço dos serviços e do equipamento) e não clássicos (dependência tecnológica dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento; criação de sistemas monetários paralelos: petrodólares), restabelecer um «equilíbrio a seu favor». As jogadas tornam-se cada vez mais complexas e astuciosas. E nesta ambiguidade, o sistema capitalista afasta-se decisivamente

na procura de soluções justas para o desenvolvimento dos povos. O sistema desacredita-se. O seu dinamismo apontado como motor do progresso da humanidade, aparece-nos apenas como fonte de estratégia de dominação.

POTENCIALIDADE ESSENCIAL:

5. É face a esses desaires que o socialismo cria novos alentos e procura dentro das liberdades democráticas construir uma sociedade mais justa e solidária.

A tarefa a nível internacional surge extremamente espinhosa e demorada. O desmontar de todos os esquemas de exploração, alguns dos quais são já peças adquiridas do nosso subconsciente, quando não dos nossos quadros mentais, é uma tarefa enorme que tem de vincular gerações de socialistas, mas gerações que vivam em liberdade. Pois só nela se pode criar as condições necessárias à manutenção da verdade indispensável ao efectivo desbloqueamento da opressão do sistema que até

agora tem vigorado em grande parte do mundo ocidental. São conhecidos, por outro lado, os perigos do socialismo de estado em matéria de liberdade. Homem do último quarto deste século dispõe de conhecimentos históricos para procurar o sistema económico-político que seja adequado à sua primeira e essencial potencialidade: a liberdade.

6. É dentro deste enquadramento, esboçado em termos genéricos e por vezes ao correr da pena, que Portugal se tem de situar. Não deixando de considerar que a curto prazo o seu sistema económico não pode ficar paralisado, e que tem de considerar os condicionalismos actuais do sistema em que vive, não deixando de ter em conta que é possível, e o consenso internacional é disso garante, que os caminhos do desenvolvimento futuro não passarão por formas caducas de exploração capitalista, mas sim por vias de socialização ou socializantes que levem à construção de uma sociedade livre e solidária.

Apesar da nossa vontade e empenho nos levar desde já à análise dessas vias, pensamos que no actual contexto da economia internacional, é urgente medir os perigos que advêm dos condicionalismos externos (inflação, crise energética, etc.), pois não é de um dia para o outro que um país altera a sua estrutura ao nível das relações de produção internas e externas.

É uma perfeita consciência desses problemas, que são os de hoje, é no caminho da sua resolução que nos aproximaremos do primeiro patamar de uma sociedade democrática. Mas a luta por esse patamar não nos pode fazer esquecer o horizonte de socialismo em liberdade que pretendemos atingir.